



MOVIMENTO 5
Santo André

POR UMA CIDADE INCLUSIVA,
SEGURA, SAUDÁVEL E AGRADÁVEL

VANDERLEI
SIRAQUE
PRÉ-CANDIDATO A VEREADOR

f Vanderlei Siraque

ig profvanderleisiraque

tw siraque

yt Vanderlei Siraque

em siraque@siraque.com.br

globe www.siraque.com.br

A DISTINÇÃO ENTRE A ORIGEM E A POSSE DO PODER POLÍTICO: A DEMOCRACIA DIRETA, OS MANDATOS ELETIVOS E O PODER DE FATO.

I. Introdução

Não existe democracia, de fato, sem a posse e sem o exercício dos direitos e dos poderes políticos. Tais direitos, segundo o art. 1º, par. único da Constituição da República, são exercidos diretamente pelo povo ou por meio de representantes eleitos/democracia indireta, mas uma coisa é certa: a origem do poder político, em quaisquer circunstâncias, pertence formalmente ao povo. Entretanto, uma questão é a origem e outra é a posse do poder político. A posse do poder político, na prática, não está nem nas mãos do povo como um todo e nem nas mãos dos representantes eleitos, porque a posse do poder político está nas mãos de quem possui poder econômico, poder religioso, poder do conhecimento técnico-científico, poder das instituições do Estado solidificadas, poder de formação e de informação políticas, poder da origem e da hegemonia étnico-racial, poder da liderança, carisma, empatia ou a capacidade de convencer outra pessoa, poder do mito, poder dos movimentos sociais organizados.

A democracia direta, em seus diversos graus, leva à democracia indireta em decorrência da ausência de instrumentos práticos para o seu exercício, além das diversas formas e mecanismos de poderes citados e da grande quantidade de analfabetismo funcional político e nas demais áreas do conhecimento humano. Entretanto, a grande maioria “dos representantes eleitos” e os não eleitos, como os juízes e outros servidores públicos da alta-gestão não se subordinam, na prática, aos princípios e regras da Constituição da República; ou seja, ao poder originário, porque observamos a violação sistemática da Constituição, em diversos aspectos, tais como os direitos sociais ao emprego e à renda, à educação e à saúde públicas, à segurança, à igualdade de condições, enfim a dignidade da pessoa humana.

II. Por que tais fatos ocorrem?

Os motivos são muitos e diversos, entre os quais, podemos citar:

1. Pulverização e enfraquecimento dos Partidos Políticos:
 - 1.1. A grande maioria dos Partidos Políticos não tem Projeto Nacional e sequer tem projetos para os Estados e para os Municípios.
 - 1.2. Falta clareza ideológica e os “caciques” representam e defendem os seus próprios interesses, falta instrumentos para o exercício da democracia interna, ausência de formação e informação políticas e sobre os ideais dos Partidos para os seus próprios filiados.
 - 1.3. A grande maioria da população não é filiada e não participa das atividades dos Partidos Políticos aos quais são simpáticos, quando raramente são.
2. Os Sindicatos, as entidades estudantis, as associações de bairros, os movimentos sociais são pouco organizados e lhes falta foliados, adeptos e recursos humanos e econômicos.
3. Os canais públicos de Participação Popular são insuficientes e isto piora quando combinado com a falta de

cultura de participação e de controle social do poder pelos integrantes da sociedade.

4. Desunião ou falta de unidade dos defensores dos princípios e regras da Constituição da República.

5. E, além de tudo isso, temos uma salada, uma confusão ou mesmo um caos ideológico-filosófico no Sistema Político e nem sempre os próprios cientistas políticos conseguem compreender e identificar os critérios políticos-ideológicos-filosóficos que levam às deliberações nos sentidos que ocorrem, porque quase sempre há imprevisibilidade das decisões em decorrência dos graus dos interesses em jogo, sendo que tais interesses são aqueles defendidos pelos detentores das diversas formas de poderes sociais, sendo em maior grau por aqueles que detém o poder econômico, uma vez que o dinheiro do capital, no campo da política, serve para garantir os seus interesses e a privatização do Estado, da política e do público.

Enfim, a democracia não é exercida nem pelo dono do poder: o povo e nem pelos representantes eleitos do povo, porque a posse do poder de fato está nas mãos do capital, dos possuidores de dinheiro e de outros bens econômicos e poderes sociais.

III. Como superar o apontado estado de coisas?

Existem muitas possibilidades, entre as quais:

1. Superação do analfabetismo funcional político e nas demais áreas do conhecimento humano, via cursos de formação política de fácil compreensão e acesso.
2. Preparação de lideranças políticas que consigam compreender o interesse público, sua indisponibilidade e o sentido da expressão poder-dever.
3. Organização dos Movimentos Sociais, via Grêmios e Diretórios de Estudantes, Associações de Bairros, Sindicatos, Mulheres, Étnico-Raciais e temáticos, como de Educação Pública, Emprego e Renda, Saúde e Defesa do SUS, Segurança Pública, Criança e Adolescente, Saneamento Básico e Urbanização, Habitação, Esporte e Lazer, Segurança Alimentar, Meio Ambiente, Consumidor.
4. Mecanismos de Participação Popular nas Decisões e de Controle Social do Poder.
5. Compreensão dos Interesses Coletivos e Superação do Individualismo, mas com respeito ao indivíduo e às suas individualidades.
6. Luta pela igualdade de condições ou de oportunidades, mas respeitando as diferenças e a diversidades culturais, por meio de políticas públicas afirmativas.
7. Compreensão e consciência da importância dos princípios da dignidade da pessoa humana e da vida, porque, na realidade, somente haverá superação do estado de coisas atuais se houver a compreensão do significado da dignidade da pessoa humana e da necessidade de vida digna e em abundância e suas promoções e defesas.

Professor Dr. Vanderlei Siraque
Pré-candidato a vereador em Santo André.